

# Câmara decide logo sobre Faria

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Nélson Jobim (PMDB-RS) garantiu ontem que até a próxima terça-feira o relator da Comissão dará o parecer sobre a representação contra o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), entregue ontem pela Mesa Diretora à Comissão pedindo a cassação do seu mandato com base no Inciso II do artigo 55 da Constituição.

Nélson Jobim garantiu que Gustavo de Faria terá todo o direito de defesa, caso o plenário venha a aceitar a representação da Mesa Diretora. Neste caso, uma comissão de nove membros será formada para instruir o processo contra Gustavo de Faria. Ele será enquadrado no artigo 55 da Constituição que diz: "Perderá o mandato o deputado ou senador: II — Cujo procedimento for declarado incompatível com o decreto parlamentar".

Segundo o presidente Paes de Andrade (PMDB-CE), o processo contra o deputado Gustavo de Faria, acusado de ser o responsável por um rombo de NCz\$ 13 milhões nos cofres do IPC, deverá estar concluído no menor espaço de tempo possível, ou seja, antes de 1º de julho, data em que se ini-

cia o recesso parlamentar.

## RECURSO

O deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), sob ameaça de ter seu mandato cassado, ingressou em juízo, perante a 4ª Vara Federal de Brasília, com uma ação de prestação de contas contra o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). A mesa da Câmara entrara ontem com representação contra Gustavo de Faria, junto à comissão de Constituição e Justiça da Câmara, apontando irregularidades na administração do IPC na época em que o parlamentar foi seu presidente e requerendo cassação de seu mandato.

Ontem à tarde, Gustavo de Faria distribuiu nota à imprensa comunicando o ingresso de sua ação na 4ª Vara Federal de Brasília e assegurando que a ação foi deferida liminarmente e que o IPC está sendo citado para o procedimento legal, no prazo de cinco dias. O fato, entretanto, não desacelerou os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que até o fim da próxima semana pretende examinar o relatório feito pelo atual presidente do IPC, senador Ruy Bacelar, que aponta irregularidades na administração de Faria.